



Comissão Consultiva Mista do IAMSPE

"Plenária das Entidades do Funcionalismo Público do Estado de São Paulo em defesa do Instituto de Assistência Médica ao Servidor Público Estadual"

O Projeto Doria sobre autarquias e fundações

1 – O Governo justifica seu pacote de privatizações e terceirizações usando a queda de arrecadação durante esse ano de 2020 e afirmando que haverá um déficit de cerca de 10 bilhões para 2021. O que nos chama atenção é que se houvesse empenho do Governo em receber impostos dos grandes devedores ou, se as isenções fiscais fossem suspensas, teríamos recursos o suficiente para suprir a suposta queda de arrecadação, afinal apenas em 2017, foram mais de 10 bilhões em renúncias fiscais.

2 – O projeto prevê uma série de medidas com impactos diretos no IAMSPE, a saber:

a) aumento das alíquotas de contribuição, conforme segue:

usuários acima de 59 anos (titulares e agregados) – 3%
usuários abaixo de 59 anos (titulares e agregados) – 2%
dependentes acima de 59 anos – 1%
dependentes abaixo de 59 anos – 0,5%

b) venda de imóveis;

c) antecipação de receita (securitização);

d) PDI (Plano de Demissão Incentivada) para trabalhadores CLT concursados (grande parte dos trabalhadores do IAMSPE estão nessa condição);

3 – Um PDI dentro do IAMSPE causará a saída de mais trabalhadores aumentando ainda mais a falta funcionários para atendimento ao público. Como consequência, entendemos que tais medidas apontarão para o aprofundamento das terceirizações e o beneficiamento das chamadas Organizações Sociais. Terceirizações, as quais temos sérias dúvidas se realmente signifiquem redução de custos ou melhora no atendimento;



Comissão Consultiva Mista do IAMSPE

"Plenária das Entidades do Funcionalismo Público do Estado de São Paulo em defesa do Instituto de Assistência Médica ao Servidor Público Estadual"

4 – Fica evidenciado que o governo do Estado despreza a participação dos usuários (agora, de maneira inequívoca, os únicos financiadores do Instituto) no controle e fiscalização dos gastos do IAMSPE;

5 – Fiscalização mais que necessária e urgente, basta lembrarmos da ação que corre na Justiça sobre improbidade administrativa envolvendo o ex-superintendente e a empresa QUALICORP;

6 – Não há nenhuma contrapartida patronal no financiamento do Instituto, pois a princípio o suposto aumento de arrecadação (feita através de taxaço de nossos salários) serviria apenas para substituir o pouco que o tesouro do Estado tem investido nos últimos anos;

7 - A saída para a crise econômica, mais uma vez está descarregada nas costas dos trabalhadores do serviço público, com aumento de impostos e arrocho salarial. Em contrapartida, o sistema financeiro ganha de presente a possibilidade de securitização de nossas receitas, avanço das terceirizações (com ganhos evidentes das Organizações Sociais) e sem um plano de cobrança efetivo das dívidas dos grandes sonegadores e beneficiários das isenções fiscais gigantescas;

8 – Dessa forma, a CCM IAMSPE, sua mesa diretora e coordenadorias colocam-se contrárias ao projeto Doria, que no tocante ao Iamspe, trata-se de uma “canetada” de reforma administrativa do Instituto, usando como modelo a minuta de projeto de lei proposta nos tempos do Superintendente Latif Abrahão Jr, que na ocasião, foi amplamente rejeitada pela CCM Iamspe, pelos sindicatos e associações do funcionalismo público;

9 – Reafirmamos assim a nossa bandeira histórica de luta:

2% de contrapartida patronal

Por um Conselho Administrativo, Deliberativo e Fiscal paritários.

10 – O IAMSPE É NOSSO!